**EDITAL N°. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N°. 054/2021.** Objeto: Registro de Preços para aquisição, fornecimento e abastecimento de fórmulas infantis e dietas enterais para suprir a demanda das ações e programas do município de Canoas/RS. Propostas: até as **14 horas** do dia **21/06/2021**. Abertura: **14 horas e 01 minuto** do dia **21/06/2021**. Disputa: **15 horas** do dia **21/06/2021**. Edital: site: www.pregaobanrisul.com.br; www.pregaoonlinebanrisul.com.br ou www.canoas.rs.gov.br.

Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021.

## 1. PREÂMBULO

- 1.1. O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio de sua Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG), Diretoria de Licitações e Compras (DLC) torna pública a licitação acima identificada, que tem como objeto o Registro de Preços para aquisição, fornecimento e abastecimento de fórmulas infantis e dietas enterais para suprir a demanda das ações e programas do município de Canoas/RS, em conformidade com as especificações técnicas, Anexo I Termo de Referência e que se processará na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com o critério de julgamento do tipo MENOR PREÇO, nos termos deste Edital e de seus Anexos, e em conformidade com as disposições da Lei nº. 10.520/02, Decreto Municipal nº. 829/2009 e, subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/93. COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME) OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006.
- 1.2. O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases, pela utilização do aplicativo "Licitações", do Portal Eletrônico do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A., sendo os trabalhos conduzidos pelo (a) pregoeiro (a), com o suporte de sua equipe de apoio, os quais, juntamente, com a autoridade competente, formam o conjunto de operadores do sistema do pregão eletrônico.
- 1.3. DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E REALIZAÇÃO: edital disponível no site: Prefeitura Municipal de Canoas, www.canoas.rs.gov.br. Link: licitações e também no site do Banrisul: www.pregaoonlinebanrisul.com.br, opção Acesso Identificado.
- 1.4. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: até às 14 horas do dia 21/06/2021.
- 1.5. ABERTURA DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS: às 14 horas e 01 minuto do dia 21/06/2021.
- 1.6. INÍCIO DA SESSÃO E DISPUTA DE PREÇOS: às 15 horas do dia 21/06/2021.
- 1.7. TEMPO DE DISPUTA: a critério do (a) pregoeiro(a) (por item), acrescido do tempo aleatório, determinado pelo sistema.
- 1.8. REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário oficial de Brasília DF.
- 1.8.1. A (s) licitante (s) deverá (ao) observar a data e os horários limites previstos para abertura das propostas, atentando também para a data e o horário para início da disputa.
- 1.9. Impugnações ao edital, caso interpostas, deverão ser dirigidas ao (à) pregoeiro (a) até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br.
- 1.9.1. Não serão aceitos se remetidos via correio.
- 1.10. Pedidos de esclarecimento devem ser dirigidos ao (à) pregoeiro (a) até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: pregaoeletronico@canoas.rs.gov.br.

- 1.10.1. Não serão aceitos se remetidos via correio.
- 1.11. Expediente externo: SMPG/DLC de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 18 horas. Eventuais alterações de horário do expediente externo serão publicadas no Diário Oficial do Município de Canoas (DOMC) disponível no site: www.canoas.rs.gov.br link: Publicações, cabendo às licitantes realizar o acompanhamento.
- 1.12. Integram o presente edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento ao disposto no art. 27, inc. V da Lei nº 8.666/1993;

Anexo III – Modelo de declaração de que não está incursa nos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

Anexo IV – Modelo de Proposta Financeira;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Formulário de dados da empresa;

- 2. DA PARTICIPAÇÃO
- 2.1. Poderão participar da licitação todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos e que estejam cadastrados/credenciados junto à central de licitações do estado do Rio Grande do Sul CELIC, pelo site www.pregaobanrisul.com.br ou www.cecom.rs.gov.br.
- 2.2. Não poderão participar da presente licitação os interessados temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a administração, bem como declarados inidôneos para licitar ou contratar com a administração pública, nas suas esferas federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, incs. III e IV da Lei 8.666/1993.
- 2.3. Não poderão participar da presente licitação, ainda, os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei 8.666/1993.
- 2.4. Para as cotas reservadas, poderão participar deste Pregão somente as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que atenderem as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 2.4.1 Para as cotas principais, poderão participar deste Pregão todos os interessados que atenderem as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 2.5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)
- 2.5.1. A ME e/ou EPP que pretenda sua inclusão no regime diferenciado concedido pela Lei Complementar 123/2006 deverá, no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, declarar que atende os requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.
- 2.5.2. Havendo alguma restrição com relação à regularidade fiscal, será assegurado às MEs e EPPs o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação.
- 2.5.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

classificação, para contratação ou revogar a licitação.

- 2.5.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.2.6.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 5% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.
- 2.5.5. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 2.5.5.1. A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 2.5.6. A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 2.5.7. Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma do subitem 2.5.5., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.5.3., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 2.5.7.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 2.5.4., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.
- 2.5.8. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.
- 2.5.9. A ME ou EPP que usufruir dos benefícios de que trata a Lei Complementar 123/2006 deverá apresentar, na forma da lei, os documentos de habilitação, declaração formal, conforme anexo III, de que não está incursa em nenhum dos impedimentos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, assinada por representante legal da licitante ou por procurador/credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da lei, ou de carta de credenciamento. a) a cota de 25% reservada para ME's e EPP's somente será adjudicada se o valor ofertado não for superior a 10% do valor obtido na cota principal; em conformidade com o disposto no § 3º do art. 48 da lei complementar nº 123/2016.
- b) se o valor ofertado pela licitante for superior ao limite estabelecido, o bem será adquirido da cota principal.
- 3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
- 3.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal junto ao provedor do sistema pelo site www.pregaobanrisul.com.br, necessitando estar credenciadas junto à sessão de cadastro da Central de Licitações/RS CELIC, podendo também ser acessada pelo site www.cecom.rs.gov.br.
- 3.2. O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.3. A chave de identificação e a senha recebida junto à CELIC poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou outro fato impeditivo de participação de licitação em órgãos públicos.

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao BANRISUL S/A (provedor do sistema) ou ao município de Canoas responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### 4. DA PROPOSTA FINANCEIRA

- 4.1. A proposta financeira deverá ser elaborada e enviada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em campo próprio do sistema, o qual deverá conter as seguintes informações:
- 4.1.1. Especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as suas características técnicas e outros elementos que identifiquem suas configurações (conforme anexo I) ou declaração de que atende ao edital na íntegra como complementação da descrição do objeto.
- 4.1.2. A escolha do material a ser utilizado para a comprovação das especificações técnicas do /objeto proposto, quando solicitado, fica a critério da licitante, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar a documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do objeto proposto ou não atenda a todas as exigências constantes no edital.
- 4.1.3. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.
- 4.1.4. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.1.5. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.2. Observações relativas à proposta financeira:
- 4.2.1. O preço proposto será cotado em reais e será considerado suficiente e completo, abrangendo todos os encargos (sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como demais encargos incidentes), os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, e parafiscais, etc.), o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, acessórios, consumíveis e equipamentos, a administração, o lucro, as despesas decorrentes de carregamento, descarregamento, fretes, transportes e deslocamentos de qualquer natureza, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora da licitação, bem como qualquer outro encargo ou despesa, ainda que aqui não especificado, que possa incidir ou ser necessária à execução do objeto da licitação.
- 4.2.2. A omissão na proposta financeira em relação a exigências do edital importa na submissão da licitante às normas nele estabelecidas;
- 4.2.3. O encaminhamento de proposta financeira pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital e em seus anexos.
- 4.2.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no(s) preço(s) até, no máximo, quatro algarismos após a vírgula;
- 4.2.4.1. Algarismos excedentes ao permitido pelo item supra, serão simplesmente desconsiderados, sem quaisquer arredondamentos;
- 4.2.5. Quanto ao preço proposto, os reajustes obedecerão ao Decreto Municipal nº 354/2015 e 12/2013, Lei nº 10.192/2001 e nº 10.520/2012;

- 4.2.6. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade da proposta financeira, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo sessenta dias;
- 4.2.7. Encerrada a fase de lances, a licitante vencedora deverá apresentar proposta financeira com os valores finais dos itens. A proposta financeira final deverá ser apresentada com os documentos de habilitação.
- 5. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA
- 5.1. O julgamento obedecerá ao critério de <u>menor preço por item</u>, observando-se o disposto no art. 4°, inc. X da Lei nº 10.520/2002.
- 5.2. A análise da proposta financeira pelo (a) pregoeiro (a) visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo preliminarmente desclassificada a proposta financeira:
- 5.2.1. Cujo objeto não atenda às especificações, aos prazos e às condições fixados no edital;
- 5.2.2. Que apresente preços manifestamente inexequíveis;
- 5.2.3. Que não contiver informações suficientes que permita a perfeita identificação do objeto licitado.
- 5.3. Encerrada a etapa de lances, será efetuada outra análise das propostas financeiras apresentadas, sendo desclassificadas as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou superiores aos preços praticados no mercado, bem como aos preços unitários e totais estabelecidos no anexo I.
- 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 6.1. A licitante vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:

#### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 6.1.1. Registro comercial no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documento comprobatório da diretoria em exercício.
- 6.1.2 Declaração formal, conforme anexo, de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração, de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública e de cumprimento ao disposto no art. 27, inc. V da Lei nº 8.666/1993.
- 6.1.3. Declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo do anexo III), assinada por representante legal e por contador ou técnico em contabilidade.
- 6.1.3.1. A declaração citada (modelo do anexo III) deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade CRC e a sua assinatura, com firma reconhecida em cartório.

#### REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 6.1.4. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante e de débito trabalhista, na forma da lei. A prova de regularidade fiscal deverá abranger todos os tributos e será efetuada pela apresentação dos seguintes documentos:
- a) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa relativa aos tributos federais, incluindo a seguridade social, expedida nos termos do Decreto Federal nº 5.512/2005 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN1.751/2014;
- b) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos estaduais, expedida pela

secretaria e/ou delegacias da Fazenda Estadual;

- c) certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda do município relativo ao domicílio ou sede da licitante;
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 6.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com a apresentação do Certificado de Regularidade (CRF);

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.6. Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 6.1.7. Cópia da Licença Sanitária Municipal, Estadual ou Federal/Alvará de Licença (Documento válido através da apresentação da própria certidão) da licitante.
- OBS: no caso da licitante possuir mais de um depósito de alimentos, apresentar cópia da Licença Sanitária/Alvará de Licença, de cada um. Se o depósito de alimentos não for de propriedade da empresa licitante deverá apresentar contrato de prestação de serviço. Em caso de troca de prestadora de serviços, nova documentação deverá ser apresentada.
- 6.1.7. 1. Cópia da Licença para veículo de transporte de alimentos, dentro do prazo de validade, da licitante ou da distribuidora, dentro de seu prazo de validade.
- 6.1.7.2. Caso o documento de Licença para Transporte de Alimentos/Veículos, não informe a placa e o modelo do veículo, estes deverão ser informados através da apresentação de declaração por escrito assinada pelo representante legal da licitante.
- Obs: Se o transporte não for de propriedade da empresa licitante/distribuidora deverá apresentar contrato de prestação de serviço juntamente com a Licença para veículo de transporte de alimentos.
- 6.1.8. Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde a licitante comprove o fornecimento de objeto compatível em características, quantidades e prazos com objeto licitado.
- 6.1.9.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentado(s) deve(m) conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado e do Contratante, identificação do contrato (tipo ou natureza do serviço/produto fornecido), produto e quantidade fornecida.
- 6.2. OBSERVAÇÕES RELATIVAS AOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 6.2.1. Os documentos relativos à fase de habilitação deverão ser originais, cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais, para verificação da autenticidade das cópias e posterior devolução, salvo CRC e os documentos cuja autenticidade poderá ser verificada na internet, que poderão ser cópias simples, caso em que o(a) pregoeiro(a), se entender necessário, poderá diligenciar para averiguar a sua autenticidade, habilitando ou não a licitante em função desta diligência.
- 6.2.2. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo e a idoneidade do documento ou impeça o seu entendimento.
- 6.2.3. Não existindo data de validade nas certidões e/ou nos certificados exigidos para habilitação, somente serão aceitos se com prazo de expedição não superior a noventa dias ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor. 6.2.4. Caso a licitante seja cadastrada junto ao município de Canoas (RS), poderá apresentar o cartão de registro cadastral (CRC) em substituição dos documentos relacionados nos itens

- 6.1.1, 6.1.2., 6.1.4; 6.1.5., e 6.1.6, dentro de seu prazo de validade. Os demais documentos solicitados e que não estejam relacionados no CRC, deverão ser apresentados, sob pena de inabilitação da licitante.
- 6.2.5. O CRC somente se prestará à substituição dos documentos referidos no item anterior se estiverem dentro de seu prazo de validade. Não será admitida a inclusão de documento para revalidação de CRC vencido.
- 6.2.6. Será examinada a documentação da(s) licitante(s) que tenha(m) sua(s) proposta(s) financeira(s) classificada(s) em primeiro lugar para fins de registrar os preços. Considerando a possibilidade de eventual reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro que venha a acarretar a alteração da ordem de classificação das propostas financeiras, nos termos do decreto municipal 354/2015, serão solicitados os documentos de habilitação das demais licitantes classificadas e na ordem de classificação.

#### 7. DO PROCEDIMENTO

- 7.1. Da etapa eletrônica de lances e da classificação das propostas:
- 7.1.1. Os lances ofertados serão pelo menor preço por item;
- 7.1.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.1.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.
- 7.1.4. No caso de desconexão do (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retomando, o (a) pregoeiro (a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 7.1.5. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa as licitantes, mediante mensagem eletrônica, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 7.1.6. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública no seu tempo normal, transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, fim do qual será automaticamente encerrada a recepção dos lances.
- 7.1.7. Quando houver uma única licitante ou uma única proposta válida, caberá ao (à) pregoeiro (a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado.
- 7.1.8. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta financeira de menor preço e os valores praticados no mercado e estimado no anexo I termo de referência para a contratação.
- 7.1.9. Nas situações a que se referem os subitens 7.1.7 e 7.1.8, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.1.10. Facultativamente, o (a) pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o (a) pregoeiro (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido um preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 7.1.11. O (a) pregoeiro (a) anunciará a licitante vencedora imediatamente após o

encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

- 7.1.12. È vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se a licitante às sanções deste edital.
- 7.1.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta financeira que apresentou menor preço quanto à compatibilidade deste em relação aos preços praticados no mercado e ao estimado no anexo I termo de referência para contratação, classificando ou desclassificando preliminarmente proposta financeira ofertada.
- 7.1.14. Em sendo desclassificada a proposta financeira de menor preço, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta financeira de segundo menor preço, negociando com o licitante a redução do preço apresentado, objetivando a obtenção de preço melhor.
- 7.1.15. Caso necessário, o procedimento do item 7.1.14., ocorrerá sucessivamente até que se obtenha proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.1.16. Considerando a Lei complementar 123/2006, este edital contempla cota reservada exclusiva para MES E EPPS de 25% e cota principal de 75% com ampla participação de interessados.
- 7.1.16.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal referente ao mesmo objeto.
- 7.1.16.2. Se a mesma licitante vencer a cota reservada e a cota principal, considerando o mesmo objeto, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço ofertado.
- 7.2. A licitante que apresentar proposta que não seja aceitável e/ou documentos de habilitação que não atendam às exigências editalícias será desclassificada e/ou inabilitada e o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta subsequente, conforme item 7.1.14. do edital, até encontrar proposta que o atenda e cuja licitante atenda às exigências habilitatórias. Também nessa fase o (a) pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.2.1. Constatando o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada a vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo (a) pregoeiro (a).
- 7.3. A licitante que teve a proposta financeira classificada em primeiro lugar deverá apresentar ao (à) pregoeiro (a), via e-mail, até o final do expediente do dia útil seguinte ao encerramento da disputa, a proposta financeira com a relação de todos os itens, com seus respectivos preços unitários, e os documentos de habilitação exigidos no item 6.1. devendo encaminhar os originais no prazo máximo de três dias úteis a contar do encerramento da disputa.
- 7.3.1. O(a) pregoeiro(a), a seu exclusivo critério e objetivando agilizar o processamento da licitação, poderá dispensar a licitante de apresentar os documentos exigidos via e-mail, por solicitação da licitante.
- 7.3.2. A licitante sendo cadastrada na DLC (Diretoria de Licitações e Compras) e tendo apresentado o CRC na licitação, dentro do prazo de validade, deverá apresentar apenas os documentos não abrangidos pelo CRC, conforme dispõe o item 6.2.4.
- 7.3.2.1. Não sendo a licitante cadastrada junto ao DLC ou estando o licitante com o CRC VENCIDO, deverá apresentar todos os documentos exigidos no edital.
- 7.3.4. A proposta financeira e os documentos de habilitação deverão ser apresentados na forma original ou por cópia autenticada, no prazo de até três dias úteis contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública. Será considerado apenas o recebimento, pelo (a) pregoeiro (a) dos documentos e anexos exigidos e não sua postagem.

7.3.4.1. A proposta financeira e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço rua Frei Orlando, 199, 4º andar – Centro/Canoas/RS.

#### 7.4. DOS RECURSOS

- 7.4.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante que desejar recorrer poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (sala de disputa/mensagens desbloqueadas), manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de vinte minutos. Caso interposto o recurso, deverá ser dirigido ao(à) pregoeiro(a) indicando a Secretaria Municipal das Licitações Equipe de Atas e Registro de Preços, bem como o número do edital e da licitação (concorrência pública ou pregão na forma presencial ou eletrônica), à Central do Cidadão, atendimento.cidadao@canoas.rs.gov.br, no prazo de três dias a contar da manifestação no sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começara a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Será considerado apenas o recebimento, pelo (a) pregoeiro (a), dos documentos, e não sua postagem.
- 7.4.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto, pelo (a) pregoeiro (a), ao vencedor do certame.
- 7.4.3. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo ou, ainda, que não atendam as condições estabelecidas neste edital.
- 7.4.4. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 7.4.5. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no subitem 7.4.1. Nos autos do processo na DLC (Diretoria de Licitações e Compras), bem como no sistema eletrônico.
- 7.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.4.7. Havendo recursos, o (a) pregoeiro (a) os apreciará e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.
- 7.4.8. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

#### 7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. Após a adjudicação do objeto à licitante vencedora, a autoridade competente homologará a licitação.

#### 8. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A Equipe de Atas e Registro de Preços do DLC/SMPG convocará regularmente a licitante vencedora para assinar a ata de registro de preços, dentro prazo de dois dias úteis, prorrogável por uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no item 9.3.
- 8.2. E facultado à administração, quando a convocada não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo da sanção prevista no item 9.3.
- 8.3. Quem convocado não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu

objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração e será descredenciado na DLC (Diretoria de Licitações e Compras) pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo às penalidades previstas na ata de registro de preços.

- 8.4. As cláusulas relativas ao registro de preços, reajuste e atualização dos preços, bem como prazos, condições gerais, obrigações, fiscalização, pagamentos, penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, estão previstas no edital e deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s), bem como pelas licitantes que tiverem suas propostas financeiras classificadas e seus preços registrados e que venham a ter o menor preço em virtude de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro.
- 8.5. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a ata de registro de preços ou solicitar reajuste do preço e/ou reequilíbrio econômico-financeiro do objeto cujo resultado deferido elevar seu preço a preço maior do que o segundo menor preço registrado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, conforme disposição do Decreto Municipal nº 354/2015. Neste caso persistirão as obrigações referidas neste edital e na ata de registro de preços para o novo fornecedor detentor do menor preço.
- 8.6. Observados os critérios e condições estabelecidos neste edital, a administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.
- 8.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao detentor da ata de registro de preços, em igualdade de condições de acordo com o Decreto Municipal nº 354/2015.

# 9. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços oriunda desta licitação poderá ser aderida mediante o cumprimento das seguintes fases a serem ultrapassadas: recebimento da manifestação de interesse em aderir a uma ata de registro de preços gerenciada pelo município; resposta ao órgão interessado, indicando os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados; interesse do fornecedor em atender ao pedido observadas as condições estabelecidas na ata, optando pela aceitação ou não do fornecimento e desde que esta adesão não comprometa o fornecimento ao município de Canoas.

#### 10. DAS AMOSTRAS

- 10.1. A empresa classificada em primeiro lugar, após a aprovação da sua documentação, deverá apresentar amostra para todos os itens que não possuem marca pré aprovada (uma unidade de cada produto embalado da mesma forma que será entregue se vencedor da licitação), juntamente com a ficha técnica, que ofertou no pregão eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que este prazo não será prorrogado, a contar do encerramento da sessão pública. As marcas pré-aprovadas constam no Edital.
- 10.2. As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Saúde, situada à rua Doutor Barcelos, 1600, bairro Centro, Canoas/RS, das 8 às 17 horas.
- 10.3. A Unidade de Nutrição da Secretaria da Saúde, analisará tecnicamente a composição nutricional das amostras e expedirá termo de aprovação/reprovação, que será anexado aos autos

do processo e publicado na ata de julgamento da sessão pública.

10.4. A empresa que apresentar as amostras, terá um prazo de 05 (cinco) dias, após a publicidade do julgamento das amostras, para retirada das mesmas, caso não sejam retiradas, serão doadas para as entidades que utilizam o produto.

#### 11. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

- 11.1. As entregas das fórmulas infantis deverão ser feitas na Av. 7 de Setembro nº 100, Bairro Nossa Senhora das Garças— Canoas/RS, das 8:00 às 17:00 horas.
- 11.2. Durante a execução do Contrato / Nota de Empenho, a Contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pelo Município dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes da licitação.
- 11.3. Além da entrega no(s) local (is) designado(s) pelo Município, deverá a Contratada também descarregar e armazenar os gêneros, em local designado pela secretária que estiver recebendo, comprometendo-se, ainda, integralmente com eventuais danos causados aos mesmos. Toda e qualquer entrega, fora do local e/ou fora das especificações estabelecidas neste Edital fará com que a contratada seja notificada por escrito, a qual ficará obrigada a recolher/substituir os mesmos, o que fará prontamente, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal recolhimento / substituição, sendo aplicadas, se necessário, as sanções previstas no item sobre penalidades deste Edital.

#### 12. DO PAGAMENTO

- 12.1. Para o efetivo pagamento à Contratada, a mesma estará sujeita ao cumprimento das disposições contidas no Decreto 196/2018
- 12.1.1 A Nota Fiscal / Fatura relativa a aquisição do objeto deverá ser apresentada junto a Unidade de Liquidação (UL) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), conforme art. 11 do Decreto 012/2013.
- 12.1.2. As Notas Fiscais/Faturas entregues não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a CONTRATADA suportará os ônus decorrentes do atraso.
- 12.1.3. O objeto será pago em até 30 (trinta) dias contar da data da entrega da nota fiscal/fatura na Unidade de Liquidação (UL) da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), que deverá ser ocorrer até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de:
- 12.2. Nota fiscal/ fatura;
- 12.3. Termo de fiscalização aprovado e emitido pela secretaria municipal responsável, conforme determina o Decreto 196/2018.

#### 13. DAS PENALIDADES

- 13.1. A participação na licitação sujeita as penalidades que seguem:
- 13.1.1. Quanto procedimento da licitação.
- 13.1.1.1. Deixar de apresentar a documentação exigida: suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pelo prazo de um ano e multa compensatória equivalente a 30% sobre o valor da multa apurada por inexecução total, considerando a tabela de referência;
- 13.1.1.2. A inabilitação decorrente da interpretação subjetiva da área técnica quanto à comprovação da capacidade técnica ou econômica não será fato gerador para a aplicação da penalidade prevista no subitem anterior.
- 13.1.1.3. Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e

suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de seis meses.

- 13.1.1.4. Deixar de manter a proposta: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa compensatória, calculada sobre o valor da proposta, atualizada até o momento da notificação para apresentação da defesa.
- 13.1.2. Quanto à execução.
- 13.1.2.1. Pelo inadimplemento das obrigações, a compromitente estará sujeita às seguintes penalidades que seguem.
- 13.1.2.1.1. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica.
- 13.1.2.1.2. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentuais
Até R\$ 500.000,00	0,30%
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00	0,20%
De R\$1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00	0,08%
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00	0,04%
Acima de R\$ 20.000.000,00	0,02%

- 13.1.2.1.2.1. Os percentuais serão aplicados por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total da contratação, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, depois do qual será considerada inexecução contratual.
- 13.1.2.1.3. Multa moratória, tendo como parâmetro os seguintes valores contratuais e percentuais:

Valores contratuais	Percentuais
Até R\$ 500.000,00	10,00 %
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.500.000,00	8,00 %
De R\$1.500.000,01 até R\$ 5.000.000,00	6,00 %
De R\$ 5.000.000,01 até R\$ 20.000.000,00	4,00 %
Acima de R\$ 20.000.000,00	2,00 %

- 13.1.2.1.3.1. A aplicação da multa compensatória obedecerá ao seguinte critério:
- a) no caso de inexecução parcial da contratação e rescisão unilateral, a multa compensatória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;
- b) no caso de inexecução total da contratação, a multa compensatória será aplicável sobre o valor nominal do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa. 13.1.2.1.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a
- Administração, na ocorrência de rescisão unilateral do contrato, além da aplicação das multas moratória e compensatória, quando for o caso, à contratada será aplicada, cumulativamente, a pena de:
- a) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de três anos, no caso de inexecução parcial do contrato;
- b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de cinco anos, no caso de inexecução total do contrato.

- 13.1.2.1.5. Quando a compromitente causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual e negar-se a indenizar o erário administrativamente, será aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, perdurando pelo tempo da suspensão temporária.
- 13.1.2.1.6. A recusa injustificada para assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar a nota de empenho, ordem de serviço ou ordem de fornecimento, sujeita o infrator a mesma penalidade aplicável pelo inadimplemento total da obrigação, por aplicação simétrica ao que dispõe o art. 81, da Lei nº 8.666/1993.

# 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Servirão de cobertura para as despesas do presente edital as dotações orçamentárias constantes dos pedidos e autorizações para a aquisição do respectivo objeto conforme minuta da ata de registro de preços anexa.
- 14.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.3. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na DLC/SMPG, localizado a rua Frei Orlando, 199, 4º andar, Centro, fone (051) 3425 7631, ramal 4875, no horário constante do item 1.11.
- 14.4. As dúvidas e controvérsias oriundas da licitação serão dirimidas no Foro de Canoas (RS), quando não resolvidas administrativamente.

Prefeitura Municipal de Canoas, aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um.

Rodrigo de Assis Vieira Secretário Municipal de Planejamento e Gestão



# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021

# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria da Saúde - DPAS

*Objetivo*:

Abertura de Registro de Preço Fórmulas e Dietas Enterais.

Motivação:

Programa de Leites Especiais: Programa Municipal. Este programa é oferecido `a população Canoense há mais de 20 anos. É feito o acompanhamento nutricional e entrega de fórmulas infantis para crianças que não estão sendo amamentadas, de acordo com a necessidade das mesmas e conforme disponibilidade do estoque. O encaminhamento é feito pelo médico mediante a prescrição da fórmula infantil e do laudo que justifique a falta do aleitamento materno, com a descrição do respectivo CID. As crianças recebem pelo município até que seus processos sejam deferidos pelo Estado. Enfatizamos a necessidade de encaminhar a solicitação junto a Farmácia do Estado, para que dessa forma a dispensação pelo Município seja somente pelo período enquanto o Estado não disponibiliza. Temos acesso e acompanhamos para evitar dispensação em duplicidade. Enfatizamos que não houve processo judicial para as Fórmulas infantis no período enquanto adquirido e fornecido pelo município e encaminhados para o Estado.

A falta de compra de fórmulas infantis, poderá acarretar com um tempo maior de internação dos pacientes por não ter o alimento para ofertar após alta. Poderá ocorrer ordens judiciais para atender de forma imediata e por tempo indeterminado, além de definir marcas e quantitativos que muitas vezes pode superestimar a real necessidade. E o município precisa acatar a ordem judicial conforme a solicitação, gerando custos altíssimos.

O custo elevado de algumas fórmulas, poderão fazer com que as mães não consigam adquirir o produto e consequentemente, estarem oferecendo uma fórmula inadequada, agravando o quadro clínico e colocando em risco a saúde da criança. Ocasionando internações recorrentes.

Descrição sucinta do objeto: Fórmulas e Dietas Enterais.

Descrição analítica do objeto:

Conforme planilha em anexo.

Local da entrega:

Av. 7 de Setembro nº 100, Bairro Nossa Senhora das Garças— Canoas/RS. Horário de funcionamento das 8:00 hs às 17:00 de Segunda a Sexta.

*Metodologia de entrega:* 

Parcial

Forma de pagamento:

Empenho

Prazos e condições para o recebimento provisório e definitivo:

O material deverá ser entregue dentro de 10 dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho.

Gestor do contrato:

Nome: Maicon de Barros Lemos

Cargo: Secretário da Saúde de Canoas

Matrícula: 123998

Fiscal Responsável pelo recebimento do objeto:

Nome: Paulo da Silva Júnior

Cargo: Farmacêutico Matrícula: 101558

Tel: 34286642

Fiscal técnico do contrato e responsável de Ordem Técnica:

Nome: Elisabete Halum Ito Marca

Cargo: Nutricionista Matrícula: 8534-1 Tel: 51 3429 2961

#### Capacidade técnica:

- Comprovação de capacidade técnica, através da apresentação de Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter fornecido produtos compatíveis em características e quantitativos com o objeto da licitação.
- O Atestado apresentado deve conter as seguintes informações básicas: Nome do Contratado, do Contratante, identificação do objeto fornecido, quantidades e local do fornecimento.

#### Das amostras:

A empresa classificada em primeiro lugar, após a aprovação da sua documentação, deverá apresentar amostra para todos os itens que não possuem marca pré aprovada (uma unidade de cada produto embalado da mesma forma que será entregue se vencedor da licitação), juntamente com a ficha técnica, que ofertou no pregão eletrônico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sendo que este prazo não será prorrogado, a contar do encerramento da sessão pública. As marcas pré-aprovadas constam no Edital.

- As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Saúde, situada à rua Doutor Barcelos, 1600, bairro Centro, Canoas/RS, das 8 às 17 horas.
- A Unidade de Nutrição da Secretaria da Saúde, analisará tecnicamente a composição nutri-

cional das amostras e expedirá termo de aprovação/reprovação, que será anexado aos autos do processo e publicado na ata de julgamento da sessão pública.
Modalidade de licitação sugerida.
Pregão Eletrônico
Tipo de licitação sugerida.

Data: 05/05/2021

Menor preço por item

# Planilha de valores

Item	Quant.	Descrição do Objeto	Valor unitário máximo aceitável
1	01 kg	EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil anti – regurgitação. Ingredientes obrigatórios: agente espessante, valor nutricional mínimo em 100g de produto seco 450kcal, 13g de proteínas, 450mg de cálcio, 5,5mg de ferro, 35mg de taurina. Embalagem primária: latas ou potes de 400g a 800g. Embalagem secundária: fardos ou caixas de papelão. Prazo mínimo de validade: 12 meses. (Marcas aprovadas: Danone (Aptamil Ar) Nestlé (Nan Ar). Consumo estimado 12 meses-SMS - 150 Kg	R\$ 64,84
2	01 kg	EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil para lactentes, destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Alergia alimentar (ao leite de vaca, a soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), síndrome do intestino curto e outros distúrbios absortivos, gastroenteropatia eosinofílica, nutrição enteral precoce/mínima em terapia intensiva neonatal e pediátrica. Fórmula à base de 100% aminoácidos livres ou puros, não alergênicos, nutricionalmente completa. Deverá conter LC Pufas DHA eARA. Isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose, frutose e sacarose. Sem glúten. Enriquecida com vitaminas e sais minerais. Valor nutricional mínimo em 100ml do produto: 71 kcal, 1,95g de proteína; 8,1g de carboidratos e 3,45g de lipídios. Embalagem primária: latas de 400g. Embalagem secundária: caixas de papelão. Validade mínima: 18 meses. (Marcas Aprovadas: Neocate / Danone, Alfamino) Consumo estimado 12 meses-SMS- 50 Kg	R\$ 503,75
3	01 kg	EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil de partida, 1º semestre, isenta de sacarose valor nutricional mínimo em 100g de produto seco: 480 kcal, 10g de proteína, 380mg de cálcio, 5,50mg de ferro. Embalagem primária: latas de 400g a 800g. Embalagem secundária: fardos ou caixa de papelão. Validade mínima: 12 meses.	R\$ 61,06



		(Marcas aprovadas: Nestogeno 1, Nan pró 1 e	
		Nan confort 1 (Nestlé), Milupa 1 e Aptamil 1	
		(Danone)	
		Consumo estimado 12 meses-SMS-240 Kg  COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA	
		COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA PARTICIPAÇÃO	
		Fórmula infantil hipoalergênica a base de proteína	
		extensamente hidrolisada do soro do leite. Isento	
		de lactose; e sacarose. Valor nutricional mínimo em	
4	01 kg	100g do produto: 500 kcal, 14g de proteína, 6 mg	R\$ 436,25
	UIKg	de ferro, 350 mg de cálcio e 35 mg de taurina.	<b>Ι</b> Φ <b>4</b> 30,23
		Prazo mínimo de validade: 12 meses. Embalagem	
		primária: latas de 300g a 1000g. Embalagem	
		secundária: caixa de papelão. Marcas aprovadas: Nestlé (Alfaré), Danone (Pregomin Pepti).	
		Consumo estimado 12 meses-SMS- 180 Kg	
		COTA RESERVADA 25% - EXCLUSIVA ME/EPP	
		Fórmula infantil hipoalergênica a base de proteína	
		extensamente hidrolisada do soro do leite. Isento de	
		lactose; e sacarose. Valor nutricional mínimo em	
5	01 kg	100g do produto: 500 kcal, 14g de proteína, 6 mg de	R\$ 436,25
3	UIKg	ferro, 350 mg de cálcio e 35 mg de taurina. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Embalagem	ΚΦ 430,23
		primária: latas de 300g a 1000g. Embalagem	
		secundária: caixa de papelão. Marcas aprovadas:	
		Nestlé (Alfaré), Danone (Pregomin Pepti).	
		Consumo estimado 12 meses-SMS- 60 Kg.	
		EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil indicada para crianças de 6 a 12 ;	
		meses de idade. Valor nutricional mínimo em 100g	
		de produto seco: 450 kcal, 14g de proteína, 500mg	
		de cálcio, 7 mg de ferro. Embalagem primária: latas	
6	01 kg	de 400g a 800g. Embalagem secundária: fardos ou	R\$ 65,68
		caixa de papelão. Validade mínima: 12 meses.	
		Marcas aprovadas: Nestogeno 2, Nan pró 2 e Nan	
		Confort 2 (Nestlé), Milupa 2 e Aptamil 2 Danone).	
		Consumo estimado 12 meses-SMS- 120 kg	
		EXCLUSIVA ME/EPP	
		Suplementos alimentares em pó. Valor nutricional	
7	01 kg	mínimo 340kcal, 30g de proteína,4g de fibras e 10	R\$ 276,67
,	UIKE	vitaminas. Embalagem primária: latas de 300 a	<b>Ι</b> Ψ 2 / 0,0 /
		500g. Embalagem secundária: fardos ou caixa de	
		papelão. Validade mínima: 12 meses. Consumo	

		estimado 12 meses*SMS- 60 Kg	
8	01 litro	COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA PARTICIPAÇÃO Dieta líquida enteral/oral, sem sacarose, lactose e glúten. Valor nutricional mínimo em 100ml do produto: 150kcal, 5,5g de proteína. Osmolalidade máxima: 630 mosm/kg de água. Embalagem primária: 500ml a 1 litro. Embalagem secundária: caixa de papelão com no máximo 12 unidades. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Trophic — 1.5 (Prodiet), Nutrison Energy (suporte), Nutri Enteral 1,5 sabor baunilha Nutrimed, Prodiet, Isossource (Nestlé). Consumo estimado 12 meses- SMS- 3.600 Litros	R\$ 29,78
9	01 litro	COTA RESERVADA 25% - EXCLUSIVA ME/EPP Dieta líquida enteral/oral, sem sacarose, lactose e glúten. Valor nutricional mínimo em 100ml do produto: 150kcal, 5,5g de proteína. Osmolalidade máxima: 630 mosm/kg de água. Embalagem primária: 500ml a 1 litro. Embalagem secundária: caixa de papelão com no máximo 12 unidades. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Marcas aprovadas: Trophic — 1.5 (Prodiet), Nutrison Energy (suporte), Nutri Enteral 1,5 sabor baunilha Nutrimed, Prodiet, Isossource (Nestlé). Consumo estimado 12 meses- SMS- 1.200 Litros.	R\$ 29,78

# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPENSA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE CUMPRIMENTO DO ART. 27, INC. V, DA LEI Nº. 8.666/93.

			declaramos CNPJ nº			
	os requisit	os de habilitação	da licitação instaurad			
Declaramos ção e impedicitar e con soal, empreinsalubre, e a partir de que Declaramos	s também qualida de con atratar com gado ou asso ou menor quatorze and s, ainda, que	ue a empresa não tratar com a Administração la sociado menor de de dezesseis anos, nos termos do e todo e qualquer	está temporariamento ninistração, bem com Pública, bem como n dezoito anos realizar , em qualquer trabalh art. 27, inc. V, da Lei fato que importe em por escrito, ao DLC/	o não foi d aão possui, ado trabalh ao, salvo na n.º8.666/93 modificaçã	eclarada in em seu qua o noturno, condição o 3.	idônea para adro de pes- perigoso ou de aprendiz, ção ora afir-
	, .	de	de 2021.			
Assinatura o	do represen	tante legal da licit	tante ou do procurado	or / preposto	) / credenci	ado
Nome do re	presentante	legal da licitante	ou do procurador / p	reposto / cr	edenciado	

# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão Social da LICITANTE), por meio de seu responsáve legal e contador ou técnico em contabilidade, declara, sob as penas da lei, que:
a) enquadra-se na situação de: ( ) microempresa; ou ( ) empresa de pequeno porte;
b) o valor da receita bruta 12 meses da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artigo 3º, § 4º, incisos I a XI, da mesma lei.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
, em de de 2021.
Nome completo e assinatura do representante legal da empresa
Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do
contador ou técnico em contabilidade da empresa (RECONHECIDA EM CARTÓRIO)

CEP:

PROCESSO 28.469/2021

# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021

# ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA EMPRESA: \_\_\_\_\_ CNPJ / CPF: \_\_\_\_\_ ENDEREÇO: \_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_ UF:\_\_

FONE/RAMAL: e-mail: CONTATO: \_\_\_\_

Apresentamos nossa Proposta Financeira e declaramos que estamos de pleno acordo com as condições estabelecidas neste Pregão Eletrônico

Item	Quant.	Descrição do Objeto	Valor unitário
1	01 kg	EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil anti – regurgitação. Ingredientes obrigatórios: agente espessante, valor nutricional mínimo em 100g de produto seco 450kcal, 13g de proteínas, 450mg de cálcio, 5,5mg de ferro, 35mg de taurina. Embalagem primária: latas ou potes de 400g a 800g. Embalagem secundária: fardos ou caixas de papelão. Prazo mínimo de validade: 12 meses.  Marca: Consumo estimado 12 meses-SMS - 150 Kg	R\$
2	01 kg	EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil para lactentes, destinada a necessidades dietoterápicas específicas. Alergia alimentar (ao leite de vaca, a soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), síndrome do intestino curto e outros distúrbios absortivos, gastroenteropatia eosinofílica, nutrição enteral precoce/mínima em terapia intensiva neonatal e pediátrica. Fórmula à base de 100% aminoácidos livres ou puros, não alergênicos, nutricionalmente completa. Deverá conter LC Pufas DHA eARA. Isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose, frutose e sacarose. Sem glúten. Enriquecida com vitaminas e sais minerais. Valor nutricional mínimo em 100ml do produto: 71 kcal, 1,95g de proteína; 8,1g de carboidratos e 3,45g de lipídios. Embalagem primária: latas de 400g. Embalagem secundária: caixas de papelão. Validade mínima: 18 meses.	R\$

		Marca:	
		Consumo estimado 12 meses-SMS- 50 Kg	
		Consumo estimado 12 meses sivis 30 Mg	
		EXCLUSIVA ME/EPP Fórmula infantil de partida, 1º semestre, isenta de sacarose valor nutricional mínimo em 100g de	
3	01 kg	produto seco: 480 kcal, 10g de proteína, 380mg de cálcio, 5,50mg de ferro. Embalagem primária: latas	R\$
		de 400g a 800g. Embalagem secundária: fardos ou caixa de papelão. Validade mínima: 12 meses. Marca:	
		Consumo estimado 12 meses-SMS-240 Kg	
		COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA PARTICIPAÇÃO	
		Fórmula infantil hipoalergênica a base de proteína extensamente hidrolisada do soro do leite. Isento de lactose; e sacarose. Valor nutricional mínimo em	
4	01 kg	100g do produto: 500 kcal, 14g de proteína, 6 mg de ferro, 350 mg de cálcio e 35 mg de taurina. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Embalagem primária: latas de 300g a 1000g. Embalagem secundária: caixa de papelão.	R\$
		Marca: Consumo estimado 12 meses-SMS- 180 Kg	
		COTA RESERVADA 25% - EXCLUSIVA ME/EPP	
		Fórmula infantil hipoalergênica a base de proteína extensamente hidrolisada do soro do leite. Isento de lactose; e sacarose. Valor nutricional mínimo em 100g do produto: 500 kcal, 14g de proteína, 6 mg de	
5	01 kg	ferro, 350 mg de cálcio e 35 mg de taurina. Prazo mínimo de validade: 12 meses. Embalagem primária: latas de 300g a 1000g. Embalagem	R\$
		secundária: caixa de papelão.	
		Marca:	
		Consumo estimado 12 meses-SMS- 60 Kg.	
		EXCLUSIVA ME/EPP	
		Fórmula infantil indicada para crianças de 6 a 12;	
6	Λ1 1 <sub></sub>	meses de idade. Valor nutricional mínimo em 100g	DΦ
6	01 kg	de produto seco: 450 kcal, 14g de proteína, 500mg	R\$
		de cálcio, 7 mg de ferro. Embalagem primária: latas	
		de 400g a 800g. Embalagem secundária: fardos ou	
		caixa de papelão. Validade mínima: 12 meses.	

		Marca: Consumo estimado 12 meses-SMS- 120 kg	
7	01 kg	EXCLUSIVA ME/EPP Suplementos alimentares em pó. Valor nutricional mínimo 340kcal, 30g de proteína,4g de fibras e 10 vitaminas. Embalagem primária: latas de 300 a 500g. Embalagem secundária: fardos ou caixa de papelão. Validade mínima: 12 meses.  Marca: Consumo estimado 12 meses*SMS- 60 Kg	R\$
8	01 litro	COTA PRINCIPAL 75% - AMPLA PARTICIPAÇÃO Dieta líquida enteral/oral, sem sacarose, lactose e glúten. Valor nutricional mínimo em 100ml do produto: 150kcal, 5,5g de proteína. Osmolalidade máxima: 630 mosm/kg de água. Embalagem primária: 500ml a 1 litro. Embalagem secundária: caixa de papelão com no máximo 12 unidades. Prazo mínimo de validade: 12 meses.  Marca: Consumo estimado 12 meses- SMS- 3.600 Litros	R\$
9	01 litro	COTA RESERVADA 25% - EXCLUSIVA ME/EPP Dieta líquida enteral/oral, sem sacarose, lactose e glúten. Valor nutricional mínimo em 100ml do produto: 150kcal, 5,5g de proteína. Osmolalidade máxima: 630 mosm/kg de água. Embalagem primária: 500ml a 1 litro. Embalagem secundária: caixa de papelão com no máximo 12 unidades. Prazo mínimo de validade: 12 meses.  Marca: Consumo estimado 12 meses- SMS- 1.200 Litros.	R\$

# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021.

#### ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CANOAS (RS), por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, representada pelo Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, , CNPJ/CPF n°. ..., sito na Rua/Avenida ..., doravante denominado COMPROMITENTE, representado(a) pelo(a) Sr(a). ..., CPF n°. ...., firmam a presente Ata de Registro de Preços de aquisição de alimentos perecíveis – laticínios, descrito na Cláusula Primeira – DO OBJETO, constante no processo administrativo n°. 28.469/2021, EDITAL N°. 122/2021 – REGISTRO DE PREÇOS N°. 054/2021, regendo-se o mesmo pela Lei n° 8666/93, Lei n° 10520/02, pelo Decreto Municipal N°. 829/09 e pelo Decreto Municipal n°. 354/2015, bem como pela legislação pertinente e pelas cláusulas previstas no Edital e seus Anexos da licitação supra, nos termos que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO DE VALIDADE

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, fornecimento e abastecimento de fórmulas infantis para as Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e Secretaria Municipal de Educação (SME), do município de Canoas/RS, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, item(ns) xxxxxxx, conforme Edital e Anexos.
- 1.2. O prazo de validade do Registro de Preços: é de 12 meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PREÇO(S)

- 2.1. O(s) preço(s) registrado(s) é(são) o(s) constante(s) da proposta vencedora da licitação, lançada na listagem de Registro de Preços.
- 2.2. O(s) preço(s) registrado(s) não será(ao) reajustado(s) durante o prazo de validade do Registro de Preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1. Dos Direitos:
- 3.1.1. Do MUNICÍPIO: contratar, se necessário, o objeto deste Registro; e
- 3.1.2. Do COMPROMITENTE: ser contratado se o MUNICÍPIO utilizar o Registro de Preços, ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015.
- 3.2. Das Obrigações:
- 3.2.1. Do MUNICÍPIO: contratar com o COMPROMITENTE, ou em igualdade de condições, dar preferência ao mesmo se contratar por outra forma, nos termos do Decreto Municipal nº. 354/2015.
- 3.2.2. Do COMPROMITENTE: atender, nas condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, todos os pedidos de contratação recebidos durante o período de validade do Registro de Precos.

### CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. O preço registrado poderá ser cancelado:
- 4.1.1. Pelo MUNICÍPIO quando:
- 4.1.1.1. O COMPROMITENTE:
- I Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços (ARP);

- II Não firmar o Contrato ou negar-se a retirar/aceitar o instrumento contratual (Nota de Empenho ou outro instrumento hábil expedido pela Administração, cfe. Art. 62, caput e §2º, da Lei 8666,93) ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem iustificativa aceitável:
- III Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV Sofrer as penalidades previstas no art. 87, inc. III e IV, da Lei nº 8.666/93.
- V Presentes razões de interesse público.
- 4.1.2. Pelo COMPROMITENTE, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e seus Anexos, nos termos do Decreto Municipal n°. 354/2015, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e em seus Anexos, nesta Ata, e na legislação pertinente, bem como de sua obrigação de indenizar o MUNICÍPIO ou terceiros por perdas e danos decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. O MUNICÍPIO e o COMPROMITENTE ficam adstritos à fiel observância das cláusulas do Edital e dos Anexos da licitação, em especial quanto a Condições Gerais, Obrigações, Fiscalização, Pagamento, Penalidades e demais cláusulas e condições relativas à execução do objeto, que deverão ser atendidas na íntegra pela(s) licitante(s) vencedora(s) acaso contratada. 5.2. Fica eleito o Foro de Canoas (RS) para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente
- Ata.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor.

Rodrigo Vieira de Assis

Secretário Municipal das Licitações

Empresa Detentora do Preço Registrado Canoas (RS), .... de ...... de 2021.

# EDITAL Nº. 122/2021 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2021

## ANEXO VI - FORMULÁRIO DE DADOS DA EMPRESA

	TORMULARIO DE DADOS DA EMPRES	<u>JA</u>
CADASTRO DA PESSOA J		
	MATRIZ INSCRIÇÃO ESTADUAL	DATA DE
INSCRIÇÃO (CNPJ):	FUNDAÇÃO: / /	
	FILIAL INSCRIÇÃO MUNICIPAL	
NOME EMPRESARIAL:		
NOME FANTASIA:		
CNAE-F PRINCIPAL:		
CNAE-F SECUNDÁRIAS:		
	- ()	
SÓCIOS/ADMINISTRADO	PR(ES): $CPF(S)$ :	
1 –		
2 –		
3 –		
CÓDICO E DECORICÃO D	A NATUREZ A HIRÍDICA	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO D	A NAI UREZA JURIDICA	
ENDERECO.	NÚMERO	COMPLE
ENDEREÇO:	NUMERO	COMPLE MENTO
		MENIO
CEP BAIRRO	MUNICÍPIO	UF
CEF BAIKKO	MONCIFIO	Ur
CONTATO:	E-MAIL:	
TELEFONE:	L-MAIL.	
	HOME DACE.	
CELULAR:	HOME PAGE:	
DADOS BANCÁRIOS		
DADOS BANCARIOS		
BANCO AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
DANCO AGENCIA	CONTACORRENTE	
DRS: MESSA FICHA DEVE	CONSTAR ASSINATURA DO RESPONSÁ	VEL DA DESSO
URÍDICA	CONSTAIL ASSIDATORA DO RESTONSA	TAPE DUITERSON